

Universidade e Regionalismo*

A ideia de universidade associa-se, de imediato, à universalidade do conhecimento científico, institucionalizado pela organização do ensino superior; regionalismo é termo restritivo: conota as particularidades que singularizam uma região geograficamente determinada. No Brasil, a própria ocupação histórica do território nacional, durante a colonização portuguesa, ora se estendendo ao interior em busca de riquezas – o ouro de Minas, o gado no extremo Sul e o extrativismo das “drogas do Sertão”, no Norte -, ora se espraiando pelo litoral e fixando bastiões de defesa, na embocadura dos rios, contra as incursões estrangeiras, como foi o caso do forte do Presépio na origem de Belém, condicionou a diversificação regional no espaço nacional. Por isso, as palavras “regional” e “regionalidade” assinalam diferenciações localistas de cunho topográfico, o sertão e a montanha, a planície e o planalto, decorrentes de causas econômicas e estratégicas de efeito histórico. Mas o regionalismo propriamente dito é a tendência que consagra o regional e não o universal, como medida de valor do conhecimento, da arte e da literatura. Por que então juntar, como medida de valor do conhecimento, os conceitos desconexos “Universidade” e “regionalismo”? Há duas boas razões para isso.

A primeira razão que permite unir neste trabalho os conceitos de cultura e regionalismo decorre do fato da importância que entre nós a região amazônica desempenhou, do século XVIII em diante, como estimuladora de variada investigação científica, geográfica, geológica, econômica, etnográfica, arqueológica, botânica, zoológica, social e política, que dela fez, desde muito cedo, um atraente e privilegiado objeto de conhecimento para nacionais e estrangeiros. Provém a segunda razão da motivação específica que interferiu na criação da Universidade Federal do Pará, em 1957, dois anos antes cogitada, em 1955, numa ampliação regional de sua identidade, como Universidade da Amazônia, pelo Plano Quinquenal da SPVEA, antecessora da atual SUDAM.

Essas duas razões conjugadas não só nos autorizam a unir aqueles termos díspares, “cultura” e “regionalismo”; oferecem-nos, também, um foco apropriado para retirarmos do esquecimento a fase pré-universitária dos estudos pertinentes à região. A recordação dessa fase passada permite esboçar uma parte da história intelectual da Amazônia, interrompida e descontínua, que ainda não foi escrita.

* Aula inaugural da Universidade Federal do Pará, abril de 1999. Incluído em NUNES, Benedito. *Do Marajó ao arquivo: um breve panorama da cultura no Pará*. Organização Victor Sales Pinheiro. Belém: EdUFPA. (no prelo)

Longe de mim a ideia de poder escrevê-la neste ou em outro momento. Mas, pelo menos, será preciso delinear-lhe algumas passagens, principalmente aquelas que salientaram, na transição do século XIX para o século XX, quando uma parcela da *intelligentsia* local conquistou, atuando em vários planos, didático, artístico e científico da atividade intelectual, sob o influxo das “ideias novas” perfilhadas pela geração de 1870, identidade própria no trabalho de abrir as diversas frentes de investigação exploratória das terras amazônicas. Entende-se por *intelligentsia*, na acepção de Karl Mannheim, o grupo heterogêneo, no exercício de profissões liberais, de que participam como escritores, artistas e homens de ciências, elementos de diferentes classes sociais.

Composta por médicos, advogados e professores, a parcela da *intelligentsia*, a que me refiro, em sua maioria sem formação acadêmica especializada, realizou a conquista de sua identidade intelectual a custa de afincado autodidatismo, que ainda se prolongou, por muitos anos, em bom número de seus herdeiros, já quando partícipes do magistério universitário. Mas é a esse punhado de autodidatas, no seu período tardio, em 1924, que se deve o primeiro projeto da fundação de uma Universidade – a Universidade Livre do Pará, projeto natimorto, sepultado no papel em que o riscaram. Talvez lhes acudisse, aos intelectuais autodidatas, nos vários momentos da empresa de investigação exploratória da região que acometeram, aquele misto de deslumbramento e decepção, com que Euclides da Cunha, em 1906, quatro anos antes de publicado *Os Sertões*, exprimiu a sua primeira impressão da planície amazônica e de seu grande rio: um mundo excessivo, em formação, – “um excesso de céus por cima de um excesso de águas” – a lembrar “uma página inédita e contemporânea do Gênesis” ainda incompleta, e por isso vazia de gente e sem nenhuma história. Euclides da Cunha era um adepto das “ideias novas”, tal como antes o tinham sido, de diferentes maneiras, os escritores nortistas Inglês de Souza e José Veríssimo, dos quais adiante trataremos. Vinham da Europa, de onde também chegara antes o romantismo, as concepções contrárias à tradição dominante do espiritualismo católico, que perfilharam em nome da autoridade da ciência natural e dos ensinamentos da história.

As “ideias novas” eram filosóficas – o positivismo de Augusto Comte (1798 – 1857) e o evolucionismo de Hebert Spencer (1820-1903), de quem hoje não se fala mais – ainda científicas para a época – a sociedade como um organismo em simbiose com o meio físico, o indivíduo como produto da sociedade (A sociologia acabara de nascer, com esse nome lhe dera Comte, batizando-a de física social), o conhecimento histórico obtido pelo método comparativo no cotejo dos grupos humanos, uns adiantados, outros atrasados. A diferença entre adiantamento e atraso se explicaria pela lei da evolução, o desenvolvimento gradual escalonado, das formas vivas, orgânicas, então paradigmas da organização social, seguindo o processo adaptativo de Darwin chamara de seleção natural que se estenderia às sociedades humanas sob o nome do progresso, para Augusto Comte lei geral do desenvolvimento histórico. A explicação dos fenômenos humanos, arte, ciência, religião ou política, dependeria da correta articulação de três fatores, meio, raça e momento histórico – o meio como a ambiência física, a raça como diversificação natural da espécie humana, dotada de potenciais elevados ou baixos favoráveis

ao desenvolvimento, o momento histórico remissivo à variabilidade no tempo das circunstâncias econômicas, religiosas e políticas – tríade causal aplicada pela primeira vez em larga escala na *Filosofia da Arte* do positivista francês Hipolyte Taine e depois, pelo paraibano, Sylvio Romero, sob restrições críticas a essa teoria, na sua *História da Literatura Brasileira*.

Uma explicação deste tipo se chama naturalista. Em paralelo ao positivismo e ao evolucionismo, surgira, de modo particular na literatura e especificamente no romance, uma corrente de pensamento, o naturalismo; esposava a tese de que a pura natureza, fosse o instinto, fosse o sexo, ou mesmo a hereditariedade, constituiria a causa profunda e verdadeira das ações humanas. Indo de encontro a repetida nota de exaltação à variedade, grandiosidade e beleza da ambiência natural de nosso país, nas primeiras crônicas e livros de viajantes estrangeiros sobre o Brasil, a mesma concepção naturalista, que valoriza o meio físico, favoreceu a adoção do regionalismo, cuja duradoura prosperidade na vida intelectual ultrapassou, de muito, o domínio literário.

Com sua sempre vigorosa “fascinação pelo meio geográfico”, incorporando a linguagem oral, o regionalismo literário aparece reiteradamente em várias regiões – o extremo Sul, o Norte, o Nordeste – e em vários momentos – antes, durante e após o modernismo de 22, na década de 30, com os romancistas nordestinos Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz. Onde e quando aparece, também aparece, destacadamente, o elemento da cultura popular, incluindo falares e os costumes locais, de que a ficção se apropria num quadro narrativo realista. E é a região amazônica, celeiro de mitos indígenas, que forneceria, independentemente das fórmulas realistas do regionalismo então consagrado, ao Turista Aprendiz Mário de Andrade, viajante na Amazônia em 1926, ao longo de seu grande rio, as façanhas de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, perpetradas de norte a sul do país, e portanto atravessando-o em corte transregional ou, como diria Antonio Candido, supra-regional, e que sugeridas foram ao escritor paulista pelas histórias coletas no roteiro do alemão Koch-Gruenberg, *Do Roraima ao Orenoco*. Tendência da geografia brasileira, corrente histórica firmada durante a ocupação colonial ou vezo intelectual nosso, o certo é que o regionalismo demarcou, tradicionalmente, a orientação dos estudos sociológicos e antropológicos brasileiros. “A região como unidade sociologicamente autônoma, observa Guerreiro Ramos, dentro de um contexto nacional é um tema que, com toda probabilidade, foi tratado, pela primeira vez, em *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha”.

Nesse sentido é que região pode ser marco científico além de referencial literário, e o regionalismo constituir-se, como sucedeu na virada do século, para a *intelligentsia* paraense, uma perspectiva norteadora da criação artística e do trabalho de conhecimento da realidade circundante. Nessa fase a que me refiro, os cientistas de formação acadêmica vinham de fora, desde o século XVIII; o geógrafo La Condamine e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano sediado em Portugal, os botânicos Martius e Jacques Hubert, os naturalistas Luís Agassiz, Wallace, Bates e o casal Coudreau, o geólogo Frederik Hart, os zoólogos Castelnau, Emílio Goeldi, Emilia Snethalage, a que se acrescentariam, mais tarde, muitos outros nomes, como o já citado Koch-Guetemberg e Kurt

Unkel, este que tomara o nome indígena de Kurt Niemendaju. Todos os viajantes, alguns aqui se radicaram, quase naturalizados, nortistas pelo apego às coisas regionais que estudavam, identificados cientificamente aos nacionais da mesma profissão – como os Courdeau e o paraense Inácio Moura, exploradores do Araguaia, e como Luís Agassiz, visitante de Belém em meados de 1866, e o geógrafo mineiro Domingos Soares Ferreira, por aquele estimulado a fundar o museu, que não carregaria o seu nome mas o do cientista suíço Emílio Goeldi, chamado por Lauro Sodré para reorganizar essa instituição, definitivamente instalada em 1894, com discurso solene do já citado José Veríssimo, o melhor e mais competente autodidata dentre os expoentes paraenses das “ideias novas”.

Creio que é difícil separar a figura de José Veríssimo da de Inglês de Souza, não apenas por haverem nascidos em Óbidos, terem sido ambos ficcionistas da região, e também duas aves de arribação que emigram para o Sul, o último se fixando em São Paulo, onde se tornou conhecido jurista e o primeiro no Rio, onde teve fama nacional como jornalista e crítico literário, publicou uma História da Literatura Brasileira, dirigiu a Revista Brasileira e fundou, ao lado de Machado de Assis e de outros escritores metropolitanos, a Academia Brasileira de Letras. Enquanto ficcionistas, é certo que um e outro traçaram, no mesmo estilo realista da época, caprichando nas descrições da natureza e dos tipos humanos, caboclos ou mamelucos pobres e de vida rude e proprietários, negociante e autoridades ávidas e brutais, cenas da vida amazônica, expressão com que José Veríssimo batizou em seu livro de contos e Inglês de Souza subintituiu o romance *A História de um Pescador*, e que poderia se estender aos outros de sua autoria, *O Coronel Sangrando*, *O Calculista*, *O Missionário*, escritos em São Paulo com base em matéria da memória, tão só pela elaboração de longínquas recordações da infância, reavivadas pelos relatos orais sobre casos regionais que um seu tio lhe contava. No seu conjunto, os contos e romances de Inglês de Souza constituem enorme painel sócio-político do Pará e de toda a Amazônia, elaborando uma narrativa ficcional de extrema acuidade nos detalhes da ação e no caráter dos personagens, cuja escrita, assimilando os termos das línguas indígenas incorporados à linguagem oral dos nortistas, ainda nos seduz com a sua aptidão para criar a imaginária atmosfera de ambiências locais. E eis o que verdadeiramente liga José Veríssimo a Inglês de Souza: o estrato amazônico da imaginação de ambos, - a imaginação material, como o chamaria Gaston Bachelard – fluvial, florestal, planiciária - feitas de água, de vegetação, de horizontes planos – sobe o lastro da cultura nativa, mestiça, que José Veríssimo estudaria pioneiramente, fora da ficção, como etnólogo e etnógrafo que se formou a si mesmo. O crítico literário se sobrepôs nele ao antropólogo, apagando, como lembra José Maria Bezerra Neto, em *O Homem que veio de Óbidos*, essa parte científica da herança do escritor, fruto de seu fecundo autodidatismo e um dos pontos altos da fase pré-universitária da cultura erudita na região.

Chamo de erudita aquela cultura representativa da *intelligentsia* que a elabora ou herda, em torno de um ou mais de um núcleo de conhecimentos e de práticas – científicos, literários, artísticos, filosóficos – a que corresponde um ideário ético e político, conservador ou utópico, respeitando ou recusando modas, e ligado a mais de uma instituição social, como escolas, academias e institutos. Ela é portanto

multi-institucional, ideologicamente forrada, mas pode ser extremamente flexível a conhecimentos e práticas que não os seus. Assim constitui uma descoberta sua, no sentido próprio da palavra, porque conseguiu identificá-la e tentou defini-la, como o fez José Veríssimo, a cultura nativa, difusa nos modos de ser, proceder e falar, nos usos e costumes, nas festas e nas moradias, nas crenças religiosas de nossas populações interioranas, principalmente ribeirinhas, não ou recusando modos mais de um, e que forma, grosso modo, pela sua simbolização do real, pela linguagem, pela adaptação seletiva a que submeteu o catolicismo missionário da catequese na região, uma espécie de cultura não letrada e até analfabeta, desenvolvida à margem do livro e das instituições de ensino. Trata-se, de qualquer maneira, sem entrarmos no mais complexo problema do popular urbano, de cultura vivida no sentido antropológico do termo; ela não se tematiza, não se estuda a si mesma. Quem a estuda é o outro, aquele intelectual que sobre ela se debruçou desde o romantismo, nos meados do século XIX – romantismo que realçou, às vezes indevidamente, a espontaneidade do popular, atribuída à “alma do povo” – e que pôde tanto valorizá-la quanto deturpá-la. José Veríssimo, um conservador a caminho de tornar-se escolarca (pode-se empregar, em lugar desta a mais bonita palavra inglesa *scholar*) e que fundou e dirigiu um colégio em Belém, poderia tê-la deturpada quando a ela chegou, se lhe aplicasse, sem divergência as fontes europeias das quais provinha, a tríade – meio, raça e momento histórico – a que antes me reporteí.

Na época, o conceito polêmico e perturbador, antes que entrasse em vigor a genética, era o de raça, tornado, sob travestimento de cientificidade, na primeira revolução industrial que intensificou a colonização europeia na África e na Ásia, o principal esteio da ideologia da superioridade da civilização ocidental, capitalista e tecnológica. Os mais altos potenciais de desenvolvimento proviriam da raça branca; os índices de sua conformação física, de sua caixa craniana, medida a compasso, o formato de seu nariz e aparência de seu cabelo, loiro, preto, liso, crespo, mas não pixaim, atestando-lhe maior capacidade intelectual e maior resistência ao meio físico, predispô-la-iam aos labores produtivos da tecnologia e da ciência. As raças coloridas, amarela e negra, deteriam, pelos mesmos índices os mais baixos potenciais para o progresso. E mais baixos ainda, afirmava-se, desciam esses índices no caso daquelas etnias misturadas, dos tipos híbridos, mestiços, em que a raça branca caldeada ora ao negro ora ao índio, perdia a sua pureza. Mas como pensar assim numa região gente miscigenada, com dois terços de mestiços caboclos, quando José Veríssimo, em 1878, *Raças Cruzadas da Amazônia*, primeira versão do tão admirável quanto problemático *Populações Mestiças da Amazônia* – traçou sua linguagem, suas crenças e seus costumes. A esse trabalho vou me ater por alguns instantes.

“A Amazônia é um dom do Amazonas”, assim parodiava José Veríssimo em escrito seu posterior, de 1892, sobre os aspectos econômicos da região, a famosa tirada de Heródoto, “o Egito é um dom do Nilo”. Na bacia intensa do rio navegam e pescam, com exímia destreza, adaptados, portanto, às condições do meio, os habitantes interioranos, mamelucos e tapuios na maioria. Mas também se poderia considerar um dom desses habitantes à região, as suas técnicas para pescar e construir, a sua linguagem, repositório de palavras e torneios sintáticos

de origem indígenas, as crenças, que desalojaram os dogmas católicos em proveito de um culto quase exclusivo de santos padroeiros – tudo isso que José Veríssimo descreve, admiravelmente, com o olhar do etnógrafo, à altura dos objetos e das gentes que observa. No entanto, a infinita perfectibilidade, garantida pelo progresso do conhecimento científico, em que acreditava, interferiu negativamente nesse olhar quase amoroso sobre as gentes mestiças, prejudicado pela atitude de pedagogo que o positivismo lhe inculcara: via degradadas porque deseducadas. Mas não terá a mistura racial que deu o mameluco nem a exaustão física do índio de que seu desfibrado descendente, o tapuio da beira de rio, as causas das formas rudes, quase vegetativas, de vida pessoal, de relacionamento, de trabalho, de moradia, de vestuário, de religiosidade desses agentes. A mistura racial não pode degradar porque é “verdadeiro o princípio da antropologia que nega a existência de raças puras”. Pelo seu enorme contingente populacional caldeado, a Amazônia comprova “o fato, já hoje incontestável, de superioridade intelectual, no Brasil, dos mestiços...” Se assim é, Veríssimo poderia dizer, à ponta do terceiro fator da tríade causal naturalista que o momento histórico, pelos seus dois lados, a ação do colono português, branco, e a do catequista, favoreceu a influência deseducadora de que resultou a degradação do índio. Já Antonio Vieira, numa carta, que Veríssimo não invoca, ao rei Dom Affonso VI, denunciava, em 1657, a mortandade de dois milhões de silvícolas aguerridos e resistentes em quarenta anos de colonização. Se o colono português serviu-se deles quando pacificados, submetendo-os ao trabalho escravo, as ordens religiosas que para cá vieram, desintegraram-lhe as tribos em proveito dos aldeamentos em que os confinavam para facilitar a conversão religiosa do gentio. Para o nosso autor, o que Arthur Reis, o mais completo historiador da Amazônia nos dias de hoje, chamou de “conquista espiritual” da região por intermédio da atuação civilizacional das ordens religiosas, a dos jesuítas sobretudo, teria sido negativa a integridade dos indígenas: destruí-lhes a organização familiar.

A necessidade de reeducar os índios, já que eles estavam degradados, importava em recuperá-los para a sociedade civilizada, aplicando-lhes a força natural no aproveitamento da “vastíssima e riquíssima região Amazônica”, da qual o mesmo autor, que escrevera a *Pesca na Amazônia*, se ocuparia como economista, preocupado, principalmente, com o novo extrativismo do látex em crise, apenas gerador de matéria-prima exportada para os centros industriais, a Inglaterra e os Estados Unidos, fabricantes de borracha, mas que desbancara, antes do mercado internacional a ela se retraindo, por força da concorrência do mesmo produto oferecido a menor custo pelos plantadores ingleses da Malásia concorrentes, as tradicionais “drogas do sertão”, a coleta do cacau e o plantio de cafezais e da cana-de-açúcar. Na opinião de Veríssimo, a agricultura e a pecuária, suficientemente incrementadas, garantiriam, contra a crise da exportação da borracha, a economia amazônica.

É certo que o dinheiro da exportação do açúcar, do cacau e do café, aqui cultivados, sob o estímulo da política de Marques de Pombal, para setentrião da colônia portuguesa, em prósperas plantações, já servira, no século XVIII, para o começo da urbanização de Belém. Em matéria de rendimento para a Província do Rio Negro (Amazonas), o lucrativo látex, que a princípio, a mão de obra indígena, forçada e gratuita, manipulava, antes de ela somar-se à dos imigrantes nordestinos,

acossados pela grande seca de 1877, excedeu os ganhos das anteriores transações comerciais. Milhões de libras esterlinas entravam nas grandes capitais, Belém e Manaus. E, no entanto, não beneficiaram nem a região nem o grosso de suas populações. Criaram, isto sim, um hausto de prosperidade, embora temporária, agravada pela desigual distribuição dos frutos da explosiva riqueza. Mas a tais frutos se deve principalmente o fato de que a capital do Pará, urbanizada no fim do século XIX, nos moldes do estilo europeu da época (*art-nouveau*), tenha se convertido, com praças ajardinadas, uma Biblioteca Pública de fachada neoclássica, um arquitetonicamente sóbrio teatro de ópera – o Theatro da Paz – seis jornais diários e quatro seminários, um centro incorporado à Belle-Époque, onde, antes do desastre econômico de 1912, circulavam os expoentes da *intelligentsia* adeptos das “ideias novas”, como José Veríssimo, Lauro Sodré, adeptos do positivismo comteano (Crenças e Opiniões, 1896), Barbosa Rodrigues, estudioso da mitologia amazônica popular (Poranduba amazonense, 1890) e o romancista naturalista Marques de Carvalho (Hortênsia, 1888), compartilhando de uma mesma mentalidade. Publicaram-se antologias, uma de contos paraenses (1889), outras de poesias (1904), organizadas pelo Eustáquio de Azevedo.

O jornalismo de então, eminentemente literário e polêmico, principal instrumento de projeção pública desses intelectuais, literatos e às vezes cientistas ao mesmo tempo, mostrava que aquela mentalidade não era unânime. Outras “ideias novas”, como o anarquismo e o socialismo, e mesmo os ecos da primeira internacional, encontram seus órgãos – a Tribuna Operária e a Voz do Povo – e seus primeiros porta-vozes, como Juvenal Tavares, que escreveu um livro de contos populares para crianças, *Serões da Mãe Preta* (1897). Trinta anos s, a obra histórica de maior vulto aqui escrita, *Motins Políticos* (1865), de Antonio Raiol, Barão de Guajará, ainda não refletia essas tendências mais avançadas, mas crônica dos levantes, quarteladas em morticínios políticos ocorridos no Pará logo depois da proclamação da Independência (1822), que culminaria na extrema violência da sedição popular dos cabanos, desmente a assertiva de Euclides da Cunha de que a Amazônia não tinha história. Esquecia Euclides da Cunha que, nessa região, a história começara mais cedo e de maneira trágica pelo massacre de dois milhões de índios de que Antonio Vieira falou. Mas os índios – nossas vítimas – não entravam em nossa história. Morriam fora das cenas dos feitos portugueses e muito depois morreriam nos bastidores já brasileiros das chamadas “frentes pioneiras de penetração”. Só a visão mais abrangentemente crítica dos jovens historiadores – e os há, atualmente, na universidade – seria capaz de revirar o cenário sobre o índio, ator sempre trágico de uma história violenta que a ele nos uniu e une antagonisticamente num passado comum.

No entanto, o trabalho local da *intelligentsia* que precedeu a universidade e à que me referi, já formara uma cultura erudita, sem a qual a nossa Universidade não teria existido. É também verdadeiro que criado esse estabelecimento de ensino superior, surgia, em 1957, algo novo – a formação universitária – que no Brasil foi uma tardia floração da terceira década do século passado, próspero no Sul e Nordeste, entre 34, data da fundação da Universidade de São Paulo e 46, data do aparecimento da Universidade de Pernambuco, a do Distrito Federal, depois da Universidade do Brasil, e a da Bahia aparecidas, respectivamente, em

35 e 46. É evidente que a cultura erudita, já antes desenvolvida, vai radicar-se na Universidade, como fonte institucionalmente forte do ensino superior de técnicas, artes, letras, ciências e filosofia.

Desse ponto de vista, admite o professor Alfredo Bosi, a identidade de uma cultura universitária, que é um “setor privilegiado, isto é, protegido e incrementado quer pelos grupos particulares que deles fazem um investimento, quer pelo Estado, que arca, no Brasil, com boa parte do ônus da instrução superior”. Por ser protegido e incrementado o setor, a cultura correspondente, muitas vezes lugar de embate entre tendências críticas, que visam à mudança social e política, e tendências conservadoras ou regressivas, espelhando os interesses dominantes, se formaliza muito depressa, e pode favorecer, quando não a cunhagem de fórmulas, a adoção de modas em vez de modos de pensamento, na medida da escalada social a que a preparação profissional por ela ministrada favorece. Tudo isso está muito certo, mas poder-se-á também admitir, uma vez que o ensino superior é temporário, que não haveria a rigor uma cultura universitária; antropologicamente falando, o que Bosi chama de cultura universitária é a cultura erudita institucionalizada de certa forma a transmitir-se como herança de geração para geração. E no entanto a questão não fica por esse ângulo. Ficaria se a Universidade moderna, aqui, fora daqui ou no estrangeiro, não fosse, também, uma instância de produção de conhecimento.

Ora, desde o século que começou, os saberes nos quais se traduz o conhecimento produzido, estão mudando conceptual e metodologicamente. Mudança conceptual e metodológica que necessita, a cada passo, de reformulações críticas: das noções de matéria, de espaço, de tempo e de velocidade na Física, a partir da teoria da Relatividade; das noções de movimento molecular, de átomo, de estrutura atômica e de reações das partículas componentes, que interligam, depois da associação da genética mendelina e a citologia, que possibilitou, com base no conhecimento das reações químicas do núcleo celular, nua estreita vizinhança entre Química, Física e Biologia, a ligação entre genes e cromossomos, e o conseqüente controle tecnológico da reprodução das espécies, até o fantasma da recente clonagem.

No domínio das ciências humanas, análogas trocas se verificam: da Sociologia com a História, da História com a Antropologia, da Antropologia com a Linguística, da Economia com a História. Nenhuma ciência constitui mais um universo isolado de conhecimento. Físicos como Schrodinger se interessam pela Biologia, antropólogos como Lévi-Strauss pela Linguística e pela Psicanálise freudiana. E na medida desse interesse submeteram essas ciências a confrontos críticos. Da crítica à crise não senão um passo. As ciências padeceriam, então, de uma crise de fundamentos. Ainda bem: com a crise de fundamentos, que se prolonga na dos métodos, tudo passa a ser revisto num geral movimento de reconceptualização. Esse estado crítico é intelectualmente saudável, e mais saudável ainda se transferimos, projetado a uma dimensão filosófica, com o incômodo e o desconforto mentais que lhe são inerentes, para dentro da Universidade enquanto produtor de conhecimento. Por que incômodo e desconforto mentais?

Por que nesses últimos anos desfizeram-se as concepções totalizadoras, que enfeixavam, e poucos princípios, o conhecimento do real, não só aquelas

que moldaram a mentalidade de José Veríssimo, o positivismo, o evolucionismo, como as que influenciaram a das gerações posteriores, incluindo a minha: o marxismo, legado pelo século XIX e o estruturalismo pelo século XX. Enquanto o positivismo se articulou sob o pressuposto da perfectibilidade do gênero humano, decorrência da evolução natural amparada pela pedagogia, e o marxismo adotou esse pressuposto para a dialética, atrelada a uma solução final, revolucionária, da luta de classes, o estruturalismo unificou o gênero humano, primitivos, selvagens e civilizados, dotados com as mesmas estruturas mentais profundas, que os habilitam a construir mundos simbólicos diferentes, correspondendo a distintos tipos de experiência social, em contínua elaboração. Pelo menos o estruturalismo não é apocalíptico; nega que a história tenha um último final feliz, advento da sociedade sem classes, que aboliria a história como aspira o marxismo. Mas tanto este quanto aquele se fiaram na sanidade, no equilíbrio do espírito humano, sem suspeitar, que desse espírito, conforme nos ensinaram Nietzsche e Freud, pode deformar-se quando se forma, presa de fantasma recessivos, inclusive da vontade de domínio e de poder. Entraríamos assim, diz-nos Paul Ricoeur, na época da suspeita: suspeita do conhecimento totalizador, abrangente suspeita do consenso entre sábios no qual repousa a verdade científica. Não nos ensina Thomas Kuhn que a ciência pacificada, normalizada, sem revoluções internas conceptuais, é um breve instante entre grandes mudanças, implicando na convicção de que “a comunidade científica sabe como é o mundo”? Hoje sabemos que ela não sabe; saberia se a sustentassem as ideias unitivas, extra-empíricas, aparentemente racionais – evolução, raça, luta de classes, estruturas inconscientes – que o mesmo Thomas Kuhn chamaria de paradigmas. O desconforto e o incômodo arrostados no momento é o de não termos ainda novos paradigmas em lugar dos antigos que perdemos.

Mas a era da suspeita em que vivemos é também a da pletora da informação, proporcionada pelos “mass-media”, pelos meios de comunicação de massa.

Esses meios são onívoros; mais do que um gênero eletrônico de jornalismo, que como jornalismo transforma tudo em notícia ou reportagem, a informação audiovisual televisiva, por exemplo, alimenta-se tanto da matéria da cultura erudita quanto da popular, que ela devora. Além de vorazes, tais meios são socialmente porosos; a todos redistribuem a informação, ajustada a padrões direcionados, que terminam agindo como poderosos veículos de controle da opinião pública. É por isso que um Adorno arguiu na função que desempenham de principal instrumento da massificação da sociedade, enquanto indústria cultural; são, como os chama Enzensberg, produtos da indústria cultural – indústria conformista do espírito – porque, no caso das imagens televisivas, conformadas a uma dialética da superficialidade, facilitada pelo meio empregado (a mensagem é o meio, insistia Max Luhan), põem em cheque a cultura erudita e a cultura popular, podendo convertê-las em assunto espetaculoso. Mas em virtude de seus efeitos penetrantes, os esquemas simplificadores do conhecimento e a retórica de estilo publicitário, que os meios de comunicação de massa propagam, se infiltram nas instituições de ensino, inclusive nas Universidades.

Como as universidades serão capazes de opor-se ao cerco das mídias, principalmente dos mitos que geram, e de cujo aparato técnico – o gravador, o cinema,

a televisão, o computador, o CD – pode, no entanto, beneficiar-se, e ao mesmo tempo, enfrentar a crise das ciências em curso? Contra a crise e o cerco faltam-nos antídotos, mas há proveitosas compensações: a prática da interdisciplinaridade e um programa consistente de publicações, tanto de revistas quanto de livros.

Duas acepções de interdisciplinaridade se apresentam: ou se trata de uma colaboração entre as ciências, produzindo domínio científico mais amplo que o das disciplinas convergentes, como é a Cibernética, resultante da formalização de modelo extraído da Matemática, da Física e da Biologia, em proveito de uma ciência da informação, oriunda, portanto, de um intercâmbio conceptual entre diferentes disciplinas; ou é o confronto dialogal, crítico e interpretativo, a cargo de estudantes e professores, entre disciplinas, cujas fronteiras movediças, instáveis, convidam ao debate de conceitos, no esforço de entrosá-las teoricamente para melhor compreendê-las e para melhor aproveitar-lhes os benefícios da aplicação prática que geram. Essa atividade dialogal poderia mobilizar reuniões acadêmicas, de que participassem um ou mais departamentos. Antes mesmo do surgimento de nossa Universidade, um homem sozinho, Eidorfe Moreira, já falecido, trabalhando isoladamente, exerceu o segundo tipo de interdisciplinaridade na elaboração de percuciente conceituação da Amazônia (*Conceito de Amazônia*, 1958) e de magistral ensaio de reflexão filosófica enraizada na paisagem amazônica (*Idéias para uma Concepção Geográfica da Vida*, 1960), o primeiro aqui escrito nesse gênero. Depois de criada a Universidade, o diálogo crítico e interpretativo das ciências humanas concentrou-se no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), por ela fundado, e que o prof. Armando Dias Mendes, legítimo herdeiro do autodidatismo de José Veríssimo, como o foi Eidorfe Moreira, concebeu e instalou (1969-1973).

A época da suspeita teórica é também, paradoxalmente, a época da confiabilidade nos resultados práticos das ciências da natureza e do homem, para a melhoria das condições de vida, articulados, previamente, num plano de desenvolvimento para regiões pobres, economicamente carentes, como a Amazônia, visando transformá-las. Nessa confiabilidade tinham apostado, em conjunto, positivismo e marxismo, embora fossem filosofias incompatíveis. Conhecer é prever para prover, dizia Comte. Para Marx, não se poderia prover sem transformar a ordem do mundo que o conhecimento prevê.

Já vimos que a Universidade Federal do Pará surge quase ao mesmo tempo que a agência governamental de planejamento para a Amazônia, SPVEA / SUDAM. Mas o NAEA, a que me referi, não é uma simples réplica acadêmica dessa agência. Quis ser, imune as injunções políticas e à pressão de grupos de interesse, um “usina de ideias” da Amazônia sobre a Amazônia, obtidas, sobretudo, em regime de estudo interdisciplinar, onde funcionasse curso de planejamento e se pudesse pensar e elaborar, sem pressa, a cada dia aperfeiçoado, um projeto de conhecimento e de provimento transformador da região, em benefício da população que nela habita. Inoculava-se, assim, nesse Projeto Amazônia, a tradição humanística, claudicante fora de seu âmbito, dentro da Universidade, e conseguia-se interligar, na distinção do NAEA e nos resultados de seu funcionamento, o particular da região à universalidade do conhecimento sobre ela produzido. Essa interligação, reiterada em um grande número de

projetos de pesquisas de muitos Departamentos, quer nas ciências da natureza que nas ciências humanas, e que seria tedioso citar, mostra-nos que o regional ou a regionalidade, senão o regionalismo, continuam sendo marcos da formação universitária, como antes o foram da cultura erudita, delineada na transição do século XIX para o século XX, pela inteligência local.

Sob esse ângulo, correspondente ao objetivo-fim da instituição universitária, produzir e transmitir conhecimento, conclui-se que, a despeito de seus enormes déficits, a Universidade Federal do Pará não é um fracasso. E se não é um fracasso, de que então precisaria? Certa vez, o poeta Mário Faustino, quando era crítico literário do Jornal do Brasil, na década de 50, perguntou-se do que precisava a poesia brasileira, nem inerme nem de inferior qualidade na ocasião. E respondeu, com extrema e chocante simplicidade, que ela precisava, antes de tudo, de dinheiro, querendo expressar com isso que a prosperidade da poesia dependeria, de certa forma, da prosperidade do país e de sua população. À pergunta que fiz - de que precisaria a Universidade Federal do Pará - respondo, *mutatis mutandis*, da mesma maneira: a Universidade Federal do Pará precisa, antes de tudo, de muito dinheiro para alcançar, com meios suficientes, a plenitude de seus fins próprios e conquistar sua identidade amplificada de universidade da Amazônia, de que interiorização, atualmente em curso, talvez seja a prelúdio. Mas não necessita só de dinheiro.

Precisa de dinheiro para combater a desigualdade financeira entre os cursos, que os divide em “primos pobres” e “primos ricos”, sinal exterior da crise que a estiola e mediatiza; não da crise das ciências de que falei, mas da crise institucional em que debate. Precisa de dinheiro para cumprir um programa editorial, publicando revistas departamentais e, pelo menos, continuando as duas séries de livros outrora divulgadas - a José Veríssimo, sobre questões regionais e a Farias Brito, sobre temas científicos e filosóficos de ordem geral. Talvez isso ajudasse a desvencilhá-la de dois mitos difundidos pela mídia aqui e em outras partes do mundo, e que reforçavam o cerco das Universidades pela indústria cultural: o mito do auto-ensino, por iniciativa exclusiva do aluno, quase dispensando o professor, tornado obsoleto, e o da superação do livro substituído, em definitivo, pelo gravador e pelos CD-room.

Longe de mim negar que esses aparatos tecnológicos também possam ensinar. Mas não esqueçamos que o gravador só ensina reproduzindo, na ausência do professor, uma alocação didática, professoral, e que a tela do computador, ao fazer desfilar imagens, funciona como um livro fartamente ilustrado, dando-o a ler verticalmente, em sentido contrário ao da horizontalidade da leitura tradicional. O livro pode se transformar, mas a leitura fica; sem leitura a instituição universitária perde a sua alma. E essa instituição só merece o nome de comunidade - nome de que tanto se abusa - na medida em que fundar em relações afetivo-intelectuais que passam pelo nexo entre seus principais e legítimos parceiros, professores e estudantes. Parece-me que o auto-ensino pode desempenhar aí um importante papel, desde que na iniciativa do estudante se instale a seiva do autodidatismo, de tal modo que seja mestre, conforme propõe Guimarães Rosa, aquele que aprende quando ensina - e, poderíamos acrescentar, que também aprende daqueles a quem ensina, se estes sabem aprender verdadeira e não mecanicamente, numa aprendizagem antagonística, dialogante, em confronto com o mestre.

